



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Carla Regina Villanova Gimenez da Silva

**O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO
DA COMUNIDADE ESCOLAR VISANDO REDUZIR O
FRACASSO ESCOLAR**

**PORTO ALEGRE
2015**

CARLA REGINA VILLANOVA GIMENEZ DA SILVA

**O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO
DA COMUNIDADE ESCOLAR VISANDO REDUZIR O
FRACASSO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Luciani Paz Comerlatto

**PORTO ALEGRE
2015**

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexão e discussão das ações empreendidas no Projeto de Intervenção realizado em uma escola do executivo estadual da qual faço parte de seu quadro docente. A metodologia utilizada foi o da Pesquisa-ação, sustentada por autores como Cury, 2011; Gadotti, 2001; Gandin, 2000, Paro, 2002, assim como outros não menos importantes; ambicionamos o fortalecimento do vínculo comunidade/escola, guiando-nos pelos princípios de uma gestão democrática; a mola mestra deste projeto foi reduzir os índices de reprovação e evasão escolar, transpondo nossas dificuldades em trazer a família para uma participação mais efetiva na escola. Em consonância com a Comunidade Escolar, a solicitação do Projeto de Intervenção, para sanarmos tal desamparo, foi de absoluta pertinência, haja vista diante dos acréscimos de atribuições instituídas pela nossa mantenedora, faltam momentos e, muitas vezes preparo, para discutirmos tais ocorrências. O referido tem como pretensão a análise das ações ocorridas dentro do Estabelecimento de Ensino, buscando abranger todos os atores envolvidos na gestão democrática.

Palavras-chave: Participação da Comunidade escolar. Gestão Democrática. Fracasso Escolar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	08
2.2 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS	11
2.3 FRACASSO ESCOLAR.....	13
2.4 FAMÍLIA ENQUANTO INFLUÊNCIA NA COMUNIDADE ESCOLAR... 14	
2.5 FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	16
2.6 FRACASSO ESCOLAR SOB A ÓTICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	19
3. METODOLOGIA21
4. AÇÕES ANALISADAS25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS28
REFERÊNCIAS.....	.30

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de intervenção tem como proposição, o fortalecimento da participação da Comunidade Escolar, visando reduzir o fracasso escolar, foi organizado concorde a Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental na qual faço parte do corpo docente. Foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte o saber dos teóricos, especialmente Vitor Henrique Paro, que aborda diversas discussões no que diz respeito à gestão democrática escolar dando destaque à sua relação com o meio comunitário e social como um todo. Utilizaram-se questionários com a pretensão de projetar possíveis estratégias de integração da escola com a comunidade; apoiando-se numa gestão que seja democrática, e nunca renunciando aos instintos de observação.

Toda e qualquer instituição de ensino tem como meta a formação de indivíduos críticos e pensantes que deverão ser inseridos na sociedade para que a transforme de maneira positiva. Caso essa meta não seja atingida, as práticas pedagógicas utilizadas devem ser repensadas. Deve ser estabelecida uma boa ligação entre escola e comunidade, pois é dessa instituição que sairão os novos cidadãos para a sociedade, introduzindo-os no mercado de trabalho de forma autônoma e eficiente. É de suma importância a participação efetiva da comunidade que compõe o ambiente escolar, trazendo a realidade desse meio para a escola e adequando-a ao contexto escolar, de modo a estimular a formação de um pensamento crítico a respeito da comunidade onde estão inseridos. A escola habitua-se a receber variadas influências sócio-econômicas, pois ao atender alunos diferenciados, esbarramos em fatores como ambiente familiar, habitação, classe social, entre outros, isso faz com que a instituição escolar tenha que desenvolver práticas variadas, porém sempre visando à democracia, pois não se deve esquecer do respeito às diferenças, incentivando a participação de todos no ambiente escolar.

Esse estudo foi desenvolvido, esperando-se elucidar a importância que há na integração da comunidade na escola, mostrando que é uma inter-relação possível e necessária, porém não depende somente da vontade dos gestores. Unindo essas duas forças, a escola tem possibilidades de estabelecer estratégias para reduzir os índices de evasão e reprovação escolar.

Os moldes da instituição e gestão escolar, atualmente são o resultado de uma transformação, no qual um dos aspectos fundamentais foi ruptura de

paradigmas; em um passado não muito distante o padrão de gerenciamento escolar, propunha a escola como uma empresa, no qual o diretor tinha atividades especificamente administrativas /financeiras. A partir dos anos 80, foi incorporado atividades de planejamento, controle, coordenação e avaliação à gestão escolar, buscando a valorização dos recursos humanos.

Nesse tipo de gestão, os resultados e objetivos almejados podem e devem ser conquistados através da participação efetiva e atuante dos integrantes da comunidade escolar, pois somente através desse tipo de participação é possível estabelecer uma gestão democrática. O professor é peça fundamental nesse processo, é ele o responsável por um ensino de qualidade, portanto é imprescindível que ele tenha claramente definido a importância de uma administração nesses moldes. O professor é o ator principal nesse cenário, seja por ser o principal responsável na construção de cidadãos críticos, assim como estabelecer-se como um cidadão membro da gestão democrática.

Existem algumas formas de exercer a democracia no âmbito de uma instituição de ensino, são através dos chamados colegiados, que envolvem membros de todos os segmentos da escola, onde estes participam na tomada de decisões e principalmente no Projeto Político Pedagógico da escola, são eles CPM's (Círculos de Pais e Mestres), Grêmios Estudantis e CE (Conselho Escolar). Veiga afirma:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. (VEIGA. 2004, p. 38)

Sobre o Conselho Escolar, haja vista, primordial participação no exercício da gestão democrática, cita-se Ciseski e Romão (2004, p.66) “o Conselho Escolar tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola [...]”.Portanto, o Conselho Escolar, envolve todos os membros da comunidade escolar, sendo o colegiado com a função de zelar pelo coletivo, envolvendo-se nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Essas estruturas são os “pilares” que fortalecem o caráter democrático da gestão; sem a participação efetiva destes, não há como contemplar uma gestão democrática atuante.

O foco desta pesquisa tenciona para o fortalecimento da participação da comunidade no ambiente escolar através da participação de todos os atores envolvidos, portanto pode-se afirmar que um Conselho Escolar atuante, demonstra uma das mais importantes atividades democráticas que podemos encontrar numa instituição de ensino. É composto pelos quatro segmentos da comunidade escolar, tendo o dever de efetivar e fiscalizar metas e ações propostas no PPP, buscando uma maior transparência em tudo que diz respeito à escola. Buscam, também, garantir um ambiente escolar favorável ao bom desempenho do processo de ensino aprendizagem. Com esse olhar Gadotti coloca que:

A gestão democrática da escola exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1992 p.23).

Foram realizadas reuniões e questionários com os variados segmentos, abordando o tema fortalecimento, dessa participação ativa e atuante de todos os segmentos, mas principalmente das famílias, para assim, tentarmos reduzir os índices de evasão e reprovação escolar. A família é de suma importância na vida escolar de nossos alunos. Conforme, reverbera Cody e Siqueira:

É preciso participar da vida escolar dos filhos e da escola. A contínua colaboração entre escola e os pais fez com que se tornem parceiros no processo educacional. A falta de comunicação entre escola e os pais leva ao comprometimento do sucesso escolar. (CODY; SIQUEIRA, 1997, P.15.).

Portanto, a escola não deve deixar de ultrapassar os muros e barreiras que a rodeiam, deve estar em sintonia com o ambiente externo, o que está no convívio social e político da nossa sociedade e para chegarmos a esses objetivos, toda e qualquer escola necessita de uma gestão democrática onde a comunidade é parte integrante e fundamental no bom desempenho escolar.

Utilizamos a metodologia da pesquisa-ação, tendo em vista ser um método dinâmico, onde se pode unir a pesquisa tanto à ação quanto à prática. É uma

pesquisa que permite alterações no decorrer da mesma. Esta pesquisa foi subdividida em três capítulos: Referencial Teórico, onde discorremos sobre alguns temas essenciais sobre a Gestão escolar democrática, Educação: direito de todos, Fracasso Escolar, Família enquanto influência na comunidade escolar, Família no contexto escolar, Fracasso Escolar sob a ótica do projeto de intervenção; Metodologia, o método utilizado para a abordagem do assunto com toda a comunidade escolar; Ações Analisadas, onde refletimos sobre o que foi pretendido e alcançado, bem como o que poderia ter sido realizado de forma diferenciada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Hodiernamente, nossa sociedade está em constantes transformações. A Instituição de ensino deve manter devido zelo pelas práticas sócio-pedagógicas, já que estas, também se modificam numa rapidez incalculável. A educação tem como papel principal a construção sólida e de qualidade da cidadania dos educandos, fazendo-os cidadãos críticos e pensantes cientes de seu papel na sociedade.

As instituições educacionais são geridas e organizadas, levando-se em conta fatores como: economia, estrutura, pedagógicos, sociais, entre outros, favorecendo assim, a gestão democrática. A educação brasileira está permeada de novos horizontes, pois através da gestão democrática, há avanços significativos na educação, como por exemplo, as eleições para diretores de escola, onde há a participação de todos os segmentos; da atuante participação do conselho escolar. A educação brasileira está caminhando para o futuro, cada vez mais consciente de que não se pode haver estagnação de técnicas e métodos pedagógicos, pois as mudanças no cenário sócio-político-econômico são uma constante e isso reflete profundamente nos moldes de uma administração escolar focada na gestão democrática.

(...) administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é usar racionalmente os

recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2000, p. 7).

Ou seja, quando a gestão escolar esta fundamentada em práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, estando todos os segmentos do ambiente escolar envolvidos, tendo cada um, consciência do seu papel a desempenhar e de suas responsabilidades, a educação será de extrema qualidade, atingindo seus objetivos de modo coeso, participativo e democrático. O gestor escolar deve ter consciência desse saber, e não deve medir esforços para garantir de modo eficaz o processo de ensino aprendizagem. Somente desse modo, a gestão caminhará para a democracia, onde todos os envolvidos buscam uma educação de qualidade e formativa.

Pode-se definir a “Gestão Democrática” como o meio de envolvimento estabelecido em uma instituição de ensino por todos de uma comunidade escolar, devendo participar ativamente de toda e qualquer decisão relacionada ao bom funcionamento desta instituição.

Segundo Comerlatto (2013),

A Gestão Democrática é uma forma de gerir a educação, pautada na participação da sociedade, na sua diferença, baseada no conceito de totalidade. Totalidade tanto no pensar pedagógico quanto na tomada de decisão frente aos mecanismos de ensinar e aprender. (COMERLATTO, 2013)

Esse tipo de administração torna possível a participação de todos, evitando que fique restrita apenas ao diretor, gerando, em tese, uma descentralização do poder, onde todos podem opinar e contribuir no que diz respeito ao ambiente escolar, bem como no processo ensino aprendizagem.

Gestão Democrática na escola pública é um processo por meio do qual decisões são tomadas, encaminhamentos são realizados, ações são executadas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas coletivamente, isto é, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar (SEDUC, 2012, p. 7).

A gestão democrática vem ao encontro das necessidades da comunidade escolar, possibilitando aos atores envolvidos a divisão de responsabilidades e fortalecimento de vínculos. As tomadas de decisões, a construção do PPP e o destino de verbas oriundas do governo, quando discutidas acabam sendo debatidas vislumbrando o melhor para a instituição e para os alunos.

Comerlatto ainda afirma que:

A autonomia escolar refere-se ao direito de a comunidade educativa pensar, debater, planejar, elaborar, decidir, executar e responsabilizar-se por tudo o que diz respeito ao movimento do real escolar, baseado nas aspirações coletivas. [...] Parte-se do princípio de que autonomia, assim como participação, é algo construído diariamente pelo coletivo, e não resultado de atos e resoluções decretadas. (COMERLATTO, 2013, p.110)

Através dela se obtém a melhoria da qualidade do processo administrativo / pedagógico, pois através da participação dos membros da comunidade escolar cria-se um currículo baseando-se a realidade da comunidade onde está inserida a escola. Também é através da participação coletiva que se formam os conselhos sejam de caráter deliberativo ou fiscalizador, bem como a implementação do processo de escolha direta dos dirigentes escolares.

A gestão é assegurada pela Constituição Federal, Lei nº 9394/96, artigo 14 onde diz:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Essa participação tende a facilitar e tornar mais segura a tomada de decisões de forma coletiva e democrática, onde todos possam expressar suas ideias e opiniões, fazendo com que as direções de escolas não tenham o poder absoluto, sejam elas pedagógicas, administrativas ou financeiras.

Participando de forma deliberativa e consultiva, que a democratização da participação da comunidade na gestão da escola é legitimada. Esse órgão auxilia nas políticas educacionais e sociais, estreitando o vínculo entre sociedade e Estado.

A 9394/96, em seu artigo 15 ressalta que “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada as normas gerais de direito financeiro público [...]”.

Ou seja, a Constituição Federal deixa claro, que a instituição de ensino deve proporcionar e estabelecer com a comunidade escolar, através dos colegiados, uma cultura organizacional, isto é, eles devem ajudar na construção pedagógica, administrativa e financeira juntamente com o corpo docente e equipe diretiva, fazendo com que a autonomia, antes apenas possuída pelo gestor escolar, seja compartilhada com todos os segmentos da comunidade escolar. Sendo esta

autonomia compartilhada por todos os envolvidos, obviamente a responsabilidade também é de todos, gerando assim, uma descentralização na tomada de decisões.

2.2 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS

A educação no Brasil é assegurada por lei, como cita na Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988, artigo 205)

Ou seja, todos têm direito à educação sendo um dever do Estado e da família garantir que esse direito seja exercido. Somente através da educação, se dará a formação crítica e consciente de um cidadão preparado para a vida em sociedade. Quando este direito é vedado, tira-se qualquer possibilidade de o indivíduo exercer seus direitos sócio-político-econômicos o que lhe acarreta numa exclusão do convívio social.

Nossa Carta Magna, além de garantir o direito à educação ressalta o direito à gratuidade e permanência na escola como se constata no artigo 206: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” ainda deixa claro que a escola deve ser próxima a sua residência, o que facilitaria o acesso. Porém, ainda hoje no Brasil, se vê crianças fora da escola, seja por que trabalham para ajudarem no sustento de suas famílias, ou por serem designados para escolas longe de suas casas, dificultando que famílias com poucos recursos financeiros, permitam a ida de seus filhos à escola.

É sabido por todos que através da educação os indivíduos se tornam cidadãos preparados para o convívio em sociedade, onde exercerão suas atividades profissionais, seus deveres políticos, respeitando as diferenças e individualidades. É através da educação que devem ter a consciência da garantia de respeito ao próximo; da liberdade de todos, bem como o exercício pleno de suas ideias e civilidade.

Cotidianamente tem-se tentado algumas formas de estimular as famílias a mandarem seus filhos à escola. O governo federal criou programas de incentivo para que estas crianças permaneçam na instituição escolar, devendo manter certo percentual de frequência para não perderem o direito ao mesmo. Dentre eles, pode-

se citar o Bolsa Família onde o menor recebe um valor específico no final do mês, uma bolsa para auxiliar nas despesas de sua formação.

Bittencourt explica o programa Bolsa Família de modo bem claro:

O Programa Bolsa Família é uma política classificada como de transferência de renda condicional, ao mesmo tempo, em que é compensatória e distributiva atuando de forma focalizada. O programa está sustentado sobre um tripé de ações que são sua característica mais importante: a) transferência de renda; b) acesso à escola; c) acesso ao sistema básico de saúde. A condição para as famílias se tornarem elegíveis é possuir uma renda mensal per capita abaixo de R\$ 60,00, ao mesmo tempo, as que possuem filhos devem garantir a frequência mínima de 85% à escola e em termos de saúde elas têm que comparecer nos postos de saúde, quando grávidas, manter a carteira de vacinação, com as crianças na idade e participar de orientações nutricionais e de saúde. ¹ (BITTENCOURT, p..3)

O programa tem seus pontos positivos, mas algumas modificações poderiam ser realizadas para que realmente obtivesse sucesso. O fato de somente estar matriculado e ter frequência, não garante que o aluno tenha uma educação de qualidade, apenas que está num ambiente escolar e o frequenta para que não perca os benefícios. Mas no momento em que se pensa em oferecer um benefício para que a criança ou adolescente esteja e permaneça na escola, deveria pensar-se em qualidade de ensino, o aluno deveria ter bom rendimento, bom desempenho escolar, sendo promovido com êxito para o ano seguinte, para assim seguir em diante, e terminar a educação básica como cidadão formador de opinião, ciente de seus deveres e direitos na sociedade. Assim como cita Cury:

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil. (CURY, 2008)

Ou seja, não basta apenas criar mecanismos para que as crianças estejam e permaneçam na escola, a educação, o ensino oferecido deve proporcionar cidadãos formadores de opiniões, os educandos devem sair do ambiente escolar preparados para novos desafios, qualificados para escolherem suas profissões e se inserirem no mercado de trabalho.

¹ Texto produzido para a 3ª Edição do curso de especialização em gestão escolar "Escola de Gestores". Sala ambiente: Fundamentos do Direito à Educação por Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt.

2.3 FRACASSO ESCOLAR

Atualmente, a escola tem enfrentado problemas sérios em seu dia-a-dia, servidores desmotivados, mal-remunerados, desqualificados, famílias desestruturadas, ausentes e desinteressadas. Porém, ainda temos uma minoria de servidores que literalmente “vestem a camiseta” e lutam por um ensino de qualidade, que prepare o aluno para futuramente exercer sua cidadania de forma consciente. Mas esse profissional, que se empenha, que se dedica, esbarra em outro problema, a desmotivação do aluno, o desinteresse pelo que é lhe apresentado, a idade avançada para determinada série, o que acaba levando-lhe a repetência ou evasão escolar, a esses fatores chama-se fracasso escolar.

Segundo Bossa (2002), o fracasso escolar só surgiu a partir da escolaridade obrigatória a partir do século XIX, em função das mudanças econômicas e estruturais da sociedade.

Cordié (1996) também ressalta que:

É na escola e nesse contexto que o sujeito é monitorado, disciplinado e preparado, e conseqüentemente demonstrará suas necessidades, suas angústias e desilusões, a partir de um sistema contextualizado em uma época em que o dinheiro e o reconhecimento social são elementos fundamentais para ser reconhecido, respeitado e visto [...]. (CORDIÉ, 1996, p. 17)

Esse fenômeno do fracasso escolar pode ser considerado bem atual, pois surgiu quando o ensino deixou de ser pra quem podia e se tornou obrigatório, a educação básica é obrigatória no Brasil e prevista na Constituição Federal de 88, reafirmado e regulamentado pela LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Porém, não quer dizer que mesmo assegurada por lei, todos tenham acesso a ela. Muitas crianças estão de fato matriculadas, porém não frequentam regularmente a escola, devido a problemas financeiros e até mesmo, por problemas familiares.

Hoje em dia, os problemas sociais de algumas famílias vão muito além de ir à escola, em muitas, as crianças são obrigadas a ajudarem no sustento da casa, o que as impossibilita de ir à escola. Claro que o fracasso escolar não pode ter apenas como culpado o aluno ou a família. Conforme opina Weiss (2007, p.16) “há todo um universo ao redor que implica em estar atento também a outras perspectivas que possibilitem este estudo, sendo elas a escola, a sociedade e também o aluno [...]”. A escola tem por meta preparar esse aluno para ser um indivíduo sabedor de seus

direitos como cidadão e futuramente inseri-lo num mercado de trabalho, porém alguns alunos, e até mesmo famílias, não têm essa perspectiva ou ambição para suas vidas, a sociedade já os excluiu, o que acaba fazendo com que não se dediquem aos estudos e a escola, gerando assim, a repetência e depois de algumas vezes repetindo, acaba ocorrendo à evasão.

Para Scoz (1994),

A pobreza dos alunos aparece com o forte determinante dos problemas de aprendizagem, todavia ressalta que sem querer negar que grande parte do fracasso de alguns alunos pode estar relacionada à pobreza material às que estão submetidos, é importante estar atento para que a baixa renda das famílias não seja utilizada como justificativa para o insucesso escolar das crianças, eximindo a escola, sua organização didático/ pedagógica, seus agentes e suas condições internas de qualquer responsabilidade. (SCOZ,1994, p. 81)

A escola, é a principal responsável pela educação formal que um indivíduo possa ter, é onde ele vai ser preparado para ser inserido no mercado de trabalho, porém com suas práticas pouco inovadoras, pedagogias arcaicas, rótulos sociais, dentre outros fatores, acaba deixando pouco a vontade muitos educandos, pois muitas vezes não tem nada em comum com sua vivência do dia a dia. Alguns alunos inseridos nas escolas públicas têm uma realidade de vida diferente da que encontram no ambiente escolar, os professores, no intuito de educar, acabam deixando-os frustrados, ao corrigi-los na forma de falar e no comportamento, como se o que eles adquirissem fora dos muros da escola não lhes servissem de nada. A Instituição deve agregar saberes, e não discriminá-los, para que assim possa, com seriedade e responsabilidade ir moldando cidadãos críticos e pensantes para atuarem na sociedade. A participação dos pais na vida escolar dos filhos pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar dos filhos.

2.4 A FAMÍLIA ENQUANTO INFLUÊNCIA NA COMUNIDADE ESCOLAR

Uma questão muito discutida na atualidade vem a ser a influência que a família exerce no processo de ensino aprendizagem de uma criança. Sabe-se que este é o primeiro grupo social que interage e transmite valores; essa adquire princípios socialmente atrelados às áreas sócio-culturais.

A educação infantil começa antes da ida da criança para a escola. A família é o primeiro suporte para essa educação, é ela que lhe satisfaz as necessidades básicas para sua sobrevivência, além de ser a responsável

pelo desenvolvimento das qualidades instrumentais (percepção, motricidade, linguagem). Algumas dessas aprendizagens sociais são a linguagem, a capacidade de relacionamento entre os objetos, os acontecimentos ou as ações, etc. (Kaloustian, 1998, p. 11-12)

A escola desempenha uma função completiva à da família, pois intermedeia a relação do indivíduo com a sociedade. Porém, estudos comprovam que quando a família tem uma atuação efetiva na vida escolar de seus filhos, acompanhando-os nos estudos e atividades escolares, eles apresentam um bom rendimento. Na falta destes, observa-se nos educandos baixo rendimento, distúrbios de aprendizagem, problemas de comportamento e, até mesmo, baixa auto-estima.

Nos primeiros anos de educação formal da criança, a família torna-se incumbida pelo ideal de comportamento na prática de normas e valores instituídos pela sociedade. As crianças tendem a espelhar-se em seus pais como exemplos a serem “copiados”. Segundo Bock (1999) “Os pais também controlam explicitamente o comportamento de seus filhos para que eles tenham um desempenho considerado adequado em termos dos padrões sociais”.

De acordo com Scoz (1994),

a influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Crianças que se sentem excessivamente desvalorizadas, carentes de afeto, desinteressadas, inseguras, desconfiadas, apáticas e com severos bloqueios na aprendizagem têm por de trás, pais completamente ausentes e indiferentes. A família é de primordial importância para o desenvolvimento pleno e satisfatório no ambiente escolar. (SCOZ, 1994, p. 71)

Ou seja, a base familiar é de extrema relevância, os pais devem auxiliar nas atividades escolares e participar ativamente na Instituição de seus filhos, favorecendo o desenvolvimento ideal de aprendizado.

Marques (1993),

define a participação presencial da família na escola, e vice-versa, como vínculos suplementares, ou seja, pessoas que convivem em ambientes diferentes, mas são impelidas a se relacionar devido a um indivíduo que transita entre os dois contextos, no caso a criança. (Marques, 1993, p. 53)

Na educação infantil, a criança apresenta dificuldades de se desligar do contexto familiar para inserir-se no contexto escolar, este suporte vem a ser assegurado pelo convívio familiar.

Segundo Nogueira (1998), a família apresenta aspectos pedagógicos, “a participação dos pais na vida escolar dos filhos pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar dos filhos.”

O início da formação educacional de uma criança, não acontece na Instituição de ensino e sim no ambiente familiar, no qual esta transita por variadas etapas de desenvolvimento sócio-cognitivo-afetivo. Há a necessidade de um ambiente saudável, baseado na atenção e no amor, bases para uma construção sólida do emocional e do intelectual, favorecendo a construção do conhecimento.

Segundo Lobo (1997): “o amor, a atenção e o apoio são a melhor educação e o melhor meio de dar segurança e confiança necessária a uma criança, isto é, a melhor maneira de fazê-la feliz e de dar a ela uma oportunidade justa para desenvolver suas potencialidades”. (LOBO, 1997, p.71)

Para tornar-se parte essencial no mundo, a criança necessita do apoio dos pais, pois sua educação e formação estão estritamente ligadas. Este processo estreita a relação da criança-família-escola possibilitando um bom rendimento; fortalecendo sua afirmação como cidadão. Verdadeiros exemplos a serem seguidos.

2.5 FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Pode-se considerar a família como o primeiro grupo social a que um indivíduo faz parte, é a instituição que tem o dever de transmitir valores morais, bem como comportar-se em sociedade, realiza a transição entre o sujeito e a sociedade. A função da escola é aprimorar os conhecimentos recebidos no âmbito familiar, permitindo que a criança ou jovem receba uma educação capaz de transformar sua realidade, tornando-os cidadãos críticos e autônomos aptos a realizarem análises do mundo.

A família de outrora, muito se distinguia da atual concepção de sociedade; nos primórdios dessa, a mãe era vista apenas como dona de casa e cuidadora da prole, sendo o pai responsável pelo sustento da casa, havia uma relação de afeto muito tênue. O que se vê muito claramente nas imagens de tapeçaria do século XVI, na leitura de Ariés:

A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV. Mas o artista sente a necessidade de exprimir discretamente a colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho quotidiano, com uma preocupação de intimidade outrora desconhecida. (ARIÉS, 1981, p. 133)

Hoje tanto a figura masculina como a feminina, buscam o sustento em atividades fora de seus domicílios; a criança permanece longos períodos sem supervisão de seus genitores. Dessa forma as crianças acabavam acompanhando seus pais nas tarefas diárias, e assim começaram a imitá-los. Caçavam, plantavam, contar e escutar histórias eram atividades realizadas pelos adultos. E com a convivência acabavam adquirindo os mesmos conhecimentos dos entes da família, não havia uma educação formal para essas atividades. Conforme Bock (1999), todos os adultos ensinavam a partir da experiência pessoal, ou seja, aprendia-se fazendo.

A partir do século XVII, utilizando-se de literaturas pedagógicas que referenciavam o Evangelho, a sociedade muda sua visão de lidar com as crianças, “começam a lhes darem atenção especial e, desta forma, a família também muda sua forma de lidar com os filhos menores”. (ARIÉS, 1981, p. 94). Nesse período, a criança é percebida com um olhar diferenciado, distanciando-se do tratamento que lhe era dispensado anteriormente, e sim vista como uma criança sob todos os aspectos.

Ainda longe de termos uma Instituição formal de educação, a criança era educada pela família, e em determinada idade, era enviada a outro lar, para que pudesse adquirir outros “aprendizados”. Na Idade Média, a educação deixa de ser apenas para os sacerdotes e oferecida a todos. Ou seja, a criação da escola como forma de iniciação na sociedade, fazendo a transição do mundo infantil para o adulto.

[...] as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer. E, no entanto, o fato essencial é bastante evidente: a extensão da frequência escolar (ARIÉS, 1981, p. 159).

Em decorrência desses fatores, a escola acaba aproximando família e criança, pois a partir desse contexto, a criança não precisava mais ser entregue a outros lares para garantir seu aprendizado, em contrapartida, frequentaria a escola para aquisição de uma educação formal.

Com o passar dos séculos, a concepção de família contemporânea modificou-se. Atualmente, essa pode ser constituída por várias pessoas, e não necessariamente, pai e mãe na mesma casa; em muitos casos, esse ambiente familiar é constituído por tios, avós, primos, sobrinhos, e demais entes.

Independentemente de sua formação, a família é responsável pela transmissão de valores, estabelecer vínculos afetivos, ajudar na formação da personalidade da criança levando-a a obter um bom desempenho escolar.

A família é indispensável à garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos, independentemente da estrutura familiar, ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia a construção dos laços afetivos e a satisfação das necessidades no desenvolvimento da pessoa. Ela desempenha um papel decisivo na socialização e na educação. É na família que são absorvidos os primeiros saberes, e onde se aprofundam os vínculos humanos (CASARIN, 2007, p. 184).

O seio familiar é de primordial importância na construção do conhecimento, bem como no auxílio da formação educacional, uma criança que possui laços sócio-afetivos sólidos, uma boa auto-estima acaba por obter sucesso na escola. Segundo Casarin,

A família deveria ser a célula da sociedade, mas está se esfacelando aos poucos, dando lugar ao liberalismo descontrolado, à procura de segurança no trabalho, no dinheiro, resumindo, em coisas materiais. Estamos perdidos, inseridos em um meio que não percebe a família como a base ou a sustentação para a resolução dessas dificuldades de ordem individual e coletiva. (CASARIN, 2007, p 187).

Porém, com a rotina atribulada, os pais acabam por não acompanhar as atividades escolares de seus filhos, deixando-os guiarem-se sozinhos. Isso faz com que se sintam “deixados de lado”, e acabem apresentando dificuldades de aprendizagem.

O fracasso escolar e suas manifestações podem estar associados aos problemas que, involuntariamente, impedem o aluno no processo de aquisição de conhecimento, levando-o a apresentar dificuldades ou transtornos emocionais, problemas mais complexos que advêm de influências familiares. (CASARIN, 2007, p 188).

Estudos comprovam que uma família presente, que acompanha o aluno, participa de sua vida escolar, apresenta sucesso nos estudos. Esse aluno sente-se importante, seja para sua família ou para sua escola. Segundo Scoz:

A influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, gerando desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, sérios obstáculos à aprendizagem escolar. O contato com a família pode trazer informações sobre fatores que interferem na aprendizagem e apontar os caminhos mais adequados para ajudar a criança. Também torna possível orientar aos pais para que compreendam a enorme influência das relações familiares no desenvolvimento dos filhos [...]. (SCOZ, 1994, p. 71)

A Instituição vem ao encontro dessa construção, fortalecendo esses valores já iniciados pela família; deve trabalhar em conjunto, contribuindo para uma

formação intelectual sólida, possibilitando a aquisição do conhecimento científico, para futuramente auxiliá-lo na inserção no mercado de trabalho.

Os professores necessitam levar em conta a realidade da comunidade escolar, tentando inseri-la no contexto educacional, trabalhando com diferentes metodologias pedagógicas. Conforme Weiss (2000), o fracasso escolar pode ser analisado por diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e do aluno.

2.6 FRACASSO ESCOLAR SOB A ÓTICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nossa escola situa-se numa área da cidade considerada ainda como zona rural, tem em torno de 10.835 habitantes, representando 0,77% da população do município. Nessa região temos duas instituições muito conceituadas que auxiliam nossos alunos no turno inverso ao da escola, Amparo Santa Cruz e Instituto São Benedito, além de nossa escola, há mais quatro escolas estaduais e uma municipal que atendem a comunidade local.

Atuo nessa comunidade há 14 anos, e assim como eu, outros professores com mais ou menos tempo de escola, vem enfrentando alguns desafios, fora o normal de toda escola. De uns três ou quatro anos pra cá, nossos alunos estão envolvendo-se com o tráfico de drogas, o que elevou nosso índice de reprovação e evasão escolar. Nossos índices de reprovação escolar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática chegam a 10% e evasão em 13%, índices altíssimos considerando a média do Estado.

Nossa comunidade escolar, em sua maioria, é de alunos carentes, onde quase todos os integrantes da família trabalham ou dependem da ajuda da comunidade e de programas do governo para o seu sustento. Muitas famílias são numerosas, onde pai e mãe não conseguem o sustento adequado para seus filhos. Outros alunos, já não convivem com o pai ou com a mãe, um deles está no sistema prisional, acabam vivendo com a avó ou o avô, e em alguns casos, tios, tias, madrinhas ou outro familiar próximo.

Infelizmente, nem todos os alunos de nossa escola, conseguem lidar com essa realidade. Em um mundo onde o que é valorizado são pessoas bem vestidas e com determinado poder aquisitivo, eles veem no tráfico um modo de adquirir o que é valorizado pela sociedade de modo muito rápido. Isso os leva a largar os estudos, ou a faltar à escola para “trabalhar” para algum “patrão”, o que acarreta na

reprovação e em outros casos a evasão. Pois ao repetir demasiadas vezes, seja por falta ou desinteresse na escola, eles ficam fora da idade da maioria dos colegas, e desistem da escola, conforme constatamos com nossos dados do Censo e PDDE interativo, em 2014 a escola teve 12 turmas com taxa de abandono superior a média do Estado.

De acordo com depoimentos de pais e mães de alunos e sendo a mais requisitada dentre cinco instituições de ensino no bairro, fica evidente o bom conceito de nossa escola na redondeza, visto que atendemos alunos oriundos de outros bairros, cujos pais nos escolheram pelo trabalho realizado. Estamos sempre em constante diálogo com as famílias, chamando sempre que possível o responsável e colocando-lhe a par do que está acontecendo na vida escolar de seus filhos. Mas quando a família percebe que está “perdendo” seu filho para algo fora do alcance deles, infelizmente, em alguns casos, acabam desistindo deles. E a escola sozinha, não consegue resgatar esse aluno. A família tem uma função primordial na vida escolar, deve estar presente sempre que possível, mas também deve auxiliar em casa, para que este aluno sinta-se importante naquele meio, e busque outras formas de querer crescer e “ser alguém”. Como refere-se Cordié:

O fracasso escolar pressupõe ao aluno uma renúncia referente ao conceito de se “ser alguém”, pois a imagem de ter sucesso na escola está sempre relacionada à opinião de que a aquisição de bens e riquezas impõe respeito por parte da sociedade. Quando o aluno não obtém esse sucesso, ele está renunciando o usufruto de todas as coisas boas que a escola iria lhe fornecer por meio dos estudos. Esta pressão acaba gerando um conflito inconsciente entre o próprio aluno e seu desejo de estudar o que pode culminar na rejeição escolar. (Cordié, 1996, p. 21):

Essa realidade das drogas nos assusta, pois, nós professores, com recursos tão parcos, como vamos competir com algo tão grandioso, que envolvem nossas crianças de um jeito muito sedutor, fazendo com que larguem os estudos e se dediquem a criminalidade.

No Brasil, até o início dos anos 60, conforme Patto (1990, p. 90,91), “cada vez mais as causas do fracasso escola serão buscadas no aluno”, uma teoria que partia da ausência de cultura e, ainda, segundo esta visão: “nenhum professor consegue lecionar o vácuo, isto é, realizar a sua tarefa sem correspondência de gestos, atitude, esforço e direção da parte de seus alunos” PATTO (1990, p.91).

3 . METODOLOGIA

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa utilizada para investigação envolvendo um grande grupo de pessoas, normalmente utilizada para pesquisas em instituições de ensino. O pesquisador, normalmente está envolvido como membro da pesquisa, visando a compreensão desta. Conforme BARBIER (2002),

A pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, num contexto preciso, de um grupo em crise. O pesquisador não o provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva. (BARBIER, 2002, p.54)

Esse tipo de pesquisa originou-se para que se preenchesse o vácuo entre teoria e prática. É uma pesquisa que permite intervenções a qualquer momento, pois não é estática. Esse tipo de pesquisa é frequentemente aplicada em escolas, com o propósito de auxiliar os educadores na solução de problemas enfrentados no ambiente escolar.

Conforme WALLACE (1991), este tipo de pesquisa é, sem dúvida, atrativa pelo fato de poder levar a um resultado específico imediato, no contexto do ensino-aprendizagem. Esse método, aplicado em sala de aula, também se revelou um instrumento eficaz para o desenvolvimento profissional dos professores. Nunan entende que,

este tipo de pesquisa constitui um meio de desenvolvimento profissional de “dentro para fora”, pois parte das preocupações e interesses das pessoas envolvidas na prática, envolvendo-as em seu próprio desenvolvimento profissional. (NUNAN, 1993, p. 41)

Ou seja, usa-se a realidade, as preocupações do momento para desenvolver a pesquisa em busca de soluções para os problemas enfrentados. Ainda segundo Nunan,

estas duas abordagens de desenvolvimento profissional correspondem a dois modos de encarar a natureza da pesquisa. A primeira parte do pressuposto de que as verdades científicas existem no mundo externo, cabendo ao cientista apenas descobri-las. Conforme o segundo modo de encarar a natureza da pesquisa, não há verdades científicas absolutas, pois todo conhecimento científico é provisório e dependente do contexto histórico, no qual os fenômenos são observados e interpretados. (NUNAN, 1993, p. 43)

Portanto, toda e qualquer pesquisa está sujeita a intervenções e alterações, pois no andamento, pode-se perceber a necessidade de modificações, visando um

melhor aproveitamento dos resultados. Esta forma de pesquisa é a melhor indicada quando se quer unir teoria e prática.

O Projeto de Intervenção visa definir um problema identificado, transformando uma ideia em ação, para assim definir e analisar alguns passos e tentar solucioná-lo.

Assim, após o levantamento do problema, constatou-se a importância do fortalecimento da participação da comunidade no ambiente escolar, como forma de tentar reduzir os índices de reprovação e evasão escolar, já que no momento em que a família se torna mais participante no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos, estes sentem-se mais valorizados e empenham-se por resultados melhores, obtendo assim sucesso na escola. É através desse convívio, entre escola e comunidade escolar, que compreender-se-á a relação de compartilhamento dos problemas e das decisões, e assim se obter um sucesso esperado para a consagração do padrão de excelência educacional.

A escola em que foi desenvolvido o Projeto de Intervenção está situada no extremo sul de Porto Alegre. Tem como ano de criação e fundação 1941, temos como dependências administrativas a Sala dos Professores, Secretaria, Sala da Vice-direção, onde se encontra também o SOE e o SSE, Sala da Direção; possuímos também Sala de Recursos, Laboratório de Informática, onde também localiza-se o Laboratório de Aprendizagem, Biblioteca e Sala de Vídeo. Nossa Comunidade mantém ainda algumas características interioranas, por se tratar de um bairro muito antigo e praticamente rural, possuímos 468 alunos regularmente matriculados, não temos o programa Mais Educação por falta de espaço físico. Nosso quadro de RH conta atualmente com 35 profissionais, alguns com 40 horas, já que temos aulas nos turnos manhã e tarde.

Nossa escola possui CPM e Conselho Escolar bem atuantes, porém percebemos a dificuldade de trazer os outros integrantes da comunidade escolar para o ambiente em questão, sem que sejam membros de alguma dessas “entidades”.

Os professores, funcionários, alunos e familiares que deveriam participar do projeto foram esclarecidos de que se tratava de um projeto de intervenção e que não seriam remunerados, bem qual seria o foco da pesquisa.

Nossa primeira reunião foi realizada com os segmentos dos professores e funcionários, para o apontamento de estratégias de como poderíamos estreitar o vínculo com o segmento pais visando reduzir os índices do fracasso escolar.

A próxima reunião teve como público alvo o segmento alunos para que os mesmos sugerissem meios de como transformar a participação deste segmento mais atuante e consciente neste ambiente.

A reunião com o segmento pais teve como discussão “o como eles veem a participação deles no ambiente escolar” e em contrapartida de como deveria ser o ideal dessa participação.

Na reunião com todos os segmentos, visando a concretização deste projeto, articularam-se ações, afinando propostas, relacionando-as com a melhoria da qualidade de ensino, tentando buscar o incentivo a professores, funcionários, alunos e pais, nesta busca pela redução dos índices de fracasso escolar de nossa Escola.

Na segunda rodada de reuniões, dia 05/12/2014 realizou-se reunião com segmento professores e funcionários, para a tabulação dos dados referentes à reprovação e evasão escolar, as séries e disciplinas com maior índice de reprovação. Também levantou-se os possíveis fatores para que esses índices estivessem tão altos.

No dia 10/12/2014, reunião com segmento alunos com a finalidade de mostrarmos os dados levantados na reunião do segmento professores e funcionários, os alunos citaram as possíveis causas para os índices altos de evasão e reprovação.

Dia 12/12/2014 foi realizada a reunião com segmento pais, para apreciação de dados coletados com as reuniões dos outros segmentos, coletando alternativas deste segmento para que possamos atingir nosso objetivo.

No dia 19/12/2014, reuniram-se todos os segmentos para debater as propostas sugeridas nas reuniões anteriores e ver quais eram viáveis para aplicação. Houve a participação de pouquíssimos pais e alunos, em torno de 50 participantes desses segmentos, pois a reunião foi fora do horário escolar, o que dificultou que os alunos ficassem, porém o horário foi pensado em se ter um maior número de pais.

Dia 29/12/2014 – Reuniram-se nas dependências da escola, professores, funcionários e coordenação pedagógica para a montarem as turmas para o próximo ano, tendo como base, os dados coletados e visando o bem estar do discente. A intenção da participação dos funcionários nessa etapa, visando o engajamento de todos no processo educativo.

No dia 23/02/2015, primeira reunião do ano com o grupo de servidores, todos participaram da reunião e ajudaram nas decisões como calendário, sábados letivos a serem trabalhados, datas festivas, e distribuição de turmas conforme perfil do professor.

No dia 24/02/2015 a reunião contou com equipe diretiva, professores e funcionários para apresentação das metas e ações para o ano letivo, realizar a montagem do questionário a fim de reavaliar os instrumentos de avaliação.

No dia 28/03/2015, último sábado do mês de março, como de costume realizou-se a reunião com todos os segmentos para darmos boas vindas ao segmento pais, informarmos sobre calendário escolar, rotinas da escola, apresentação de professores e funcionários, apresentação das normas de convivência da escola e para aplicarmos os questionários em todos os segmentos. Nesta reunião foi falado do projeto desenvolvido desde o ano anterior, e que o objetivo era mantermos o maior número de alunos possíveis na escola, mas ao mesmo tempo mantendo uma boa qualidade de ensino, e da importância da participação da família nas próximas etapas. O número de pais nessa reunião foi um pouco melhor, temos em torno de 446 pais e/ou responsáveis, comparecendo em torno de 154 pais, conforme consta em ata registrada no livro pedagógico da escola.

4 . AÇÕES ANALISADAS

A instituição teve alguns avanços nos aspectos, tanto metodológico como administrativo, tornando-se referência no bairro. O espaço físico necessita ser melhor aproveitado e ampliado para que as crianças possam explorar com mais segurança tudo o que um Estabelecimento de Ensino pode oferecer em termos pedagógicos.

Percebe-se que a escola possui a confiança da maioria dos pais, um dos elementos que necessita de uma melhor abrangência é o projeto político pedagógico que na medida do possível está voltada para a realidade do educando inserindo-o num contexto cultural, social, ético e cognitivo.

Os projetos e ações desenvolvidas, neste Projeto de Intervenção por seus respectivos responsáveis, sob minha orientação, apresentam resultados satisfatórios. Ao planejarmos as atividades a serem desenvolvidas durante os semestres do ano letivo de 2014 e 2015, tivemos como preocupação básica o de apresentar alternativas para a redução do índice de reprovação e evasão escolar.

Buscamos neste período incentivar toda a comunidade escolar a se engajarem participando atentamente das atividades propostas de forma a oferecer as noções básicas de ensino qualitativo, definindo com precisão as melhores ações a serem desenvolvidas pelos educadores e apresentando com clareza e simplicidade os conceitos fundamentais e indispensáveis para termos sucesso.

Tentamos mostrar aos pais e ou responsáveis como a participação deles na vida escolar de seus filhos faz a diferença, os educandos se sentem mais valorizados e responsáveis, os professores acabam por ver o empenho de seus alunos refletidos no desempenho escolar. A comunidade tem que ter claro, o quanto é importante a participação ativa, efetiva e constante na vida escolar de seus filhos.

A dificuldade de nossa escola vem a ser a resistência, insegurança, pouco envolvimento na participação de uma proposta que abrange a participação da comunidade escolar como um todo.

Nas reuniões em que chamamos a comunidade para participar, obteve-se em torno de apenas 40% dos pais, e muitos desses quando questionados sobre possíveis causas do nossos índices de evasão e reprovação tão altos, e o que poderíamos fazer para diminuir esses índices, não se sentiam a vontade para contribuírem com sugestões. As falas mais comuns entre eles eram: “No nosso

tempo, não podíamos estudar, pois tínhamos que ajudar em casa, as crianças hoje tem tudo e não aproveitam”; “Não temos estudos para ajudarmos em tais questões.”, “Acho que as crianças e adolescentes de hoje tem outros interesses.”, “Aulas monótonas, que não são prazerosas de assistir.”, “Os professores estão desmotivados, portanto não conseguem atingir os alunos.”, dentre outras tantas.

As famílias acham que ao se envolverem mais com a escola não terão tempo para desenvolverem suas atividades, e até mesmo acham que precisam de qualificação para opinarem sobre as questões que envolvam tomada de decisões, sejam pedagógicas, disciplinares ou financeiras.

Em situações que colocamos a importância da família na vida escolar de seus filhos, esse mesmo pequeno grupo de pais colocou que: “eles tem que trabalhar, e não podem perder tempo toda hora indo à escola.”. Tentamos ressaltar o fato de a criança e/ou adolescente sentir-se mais seguro com a família próxima a escola, elevando a auto-estima deles e assim obtendo bom desempenho escolar.

Na área sócio-cultural a escola realiza algumas comemorações com a participação dos educadores, alunos e toda a comunidade escolar. Esses momentos cívicos e culturais têm impacto positivo no processo ensino-aprendizagem, mas como dito anteriormente pouco realizamos em virtude do não oferecimento de segurança por parte de nossa força policial, porém quando o fazemos, é aberto à comunidade, que geralmente, nos auxilia com a questão de monitoramento dos participantes da festa. E quando necessário, chama-se o policiamento, no qual somos prontamente atendidos.

Penso que se houvesse um maior envolvimento com a participação coletiva da equipe diretiva e da comunidade, as experiências educativas e a proposta curricular assim como de integração se tornariam mais ricas e significativas, ajudando a atingir o sucesso educacional.

Um dos papéis principais de um gestor que proporciona a gestão democrática no ambiente escolar é estimular, promover que as famílias sejam mais participativas na vida escolar de seus filhos, mostrando-lhes que a escola é um espaço de todos, e que esta instituição vem de encontro ao mesmo tempo, com as necessidades e desejos de todos, de termos uma educação de qualidade, digna e formadora de cidadãos plenos de suas responsabilidades civis, políticas e sociais.

Por conseguinte espero ter conseguido através deste estudo condições que permita, aos alunos, pais e demais membros da Comunidade Escola ter

conhecimento ao conjunto de conhecimentos produzidos, e reconhecidos como necessário ao exercício pleno da cidadania.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por conseguinte, o Projeto de Intervenção que serviu de base para essa Especialização demonstrou o impacto nas relações entre os segmentos da comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dona Luiza Freitas Vale Aranha, sendo relevantes nos seguintes aspectos.

A criança, cuja família, participa das atividades escolares, apresenta um melhor rendimento, e conseqüentemente um aprendizado mais sólido, dessa maneira evita o desinteresse pela escola, um dos fatores desencadeadores do fracasso escolar.

Outro aspecto levantado, e discutido nas reuniões é que o fazer pedagógico do professor pode e deve levar em conta a “bagagem” do aluno, utilizando-se de seu ambiente social como meio para alcançar os objetivos propostos, evitando assim o fracasso escolar. Conforme Patto (1990) acerca do fracasso, não se pode simplesmente ignorar o meio social em que a criança vive e estudar o fracasso escolar somente na perspectiva escolar, pois o aluno é um sujeito singular que convive em ambientes sociais diferentes.

Também pode perceber a dificuldade de alguns professores em saírem da “zona de conforto”, há necessidade de atualização, de procurar saber os interesses de nossos alunos para traçar estratégias como meio de combater a reprovação. O docente deve ter consciência de seu papel de formador de cidadãos e não apenas, ter a função de transmitir conhecimentos.

Outro aspecto bem preocupante esbarra na questão social, pois a escola possui uma comunidade, em sua maioria, carente, e infelizmente, o tráfico de drogas está presente em todos os lados. Preocupa-nos, nossos alunos envolverem-se com esse tipo de atividade, e com a possibilidade de obterem dinheiro fácil e rápido, acabam desinteressando-se pelos estudos, ocasionando em reprovação e na evasão.

Thomaz (2000) afirma: Há sempre um bode expiatório para o problema do fracasso escolar: a família, o professor da série anterior, o governo, a miséria, o desemprego, a fome, a desnutrição, os problemas de saúde, a promoção automática. (THOMAZ, 2000, p.86)

A família contribui seja de modo direto ou indireto, assim como os outros elementos citados pelo autor. Porém o sucesso escolar está estreitamente

relacionado a elaboração e execução das mais variadas estratégias, levando-se em conta o tempo de amadurecimento do aluno, o contexto familiar dele, bem com seu conhecimento e diversidade, não deixando de lado a valorização do educador, e este ser capaz de reconhecer a importância das desigualdades que rodeiam a comunidade escolar no qual está inserido.

Tivemos a pretensão de mostrar por meio de reuniões à comunidade escolar, que os modelos tradicionais de educação já não possuem atrativos para a clientela, por isso perceberam a necessidade de uma transformação mais efetiva no modo de conduzir a administração escolar, introduzindo e fortalecendo a participação da comunidade neste ambiente.

Notamos que a sociedade de hoje é dinâmica, portanto há necessidade de se fazer uma gestão participativa, pois a escola não pode e nem deve atuar sozinha em seu fazer pedagógico e administrativo. É imprescindível estar em contato direto com a realidade que a cerca, pois esse fator influencia no processo educativo e de construção da cidadania de nossos educandos.

Sabemos que manter as portas da escola abertas a todos que fazem parte dessa comunidade e vem agregar auxílio propicia uma relação de confiança com as famílias, já que elas são parte também interessada na educação de seus filhos. Chegar a uma escola que tenta estabelecer e firmar relações democráticas com a comunidade, não é fácil, é uma tarefa árdua e continua, porém deve ser um dos principais papéis a ser desenvolvido pela equipe gestora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes da. Sala-ambiente “**Projeto Vivencial**” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da;

A Gestão Democrática, Eleição de Diretores e a Construção de Processos de Participação e Decisão na Escola. www.tvebrasil.com.br/salto

ARIÉS, Philippe, **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar. 1986.

BARBIER, R. **A Pesquisa-Ação**. Brasília: Líber Livro, 2002.

BEZERRA, Zedeki Fiel. et al. **Comunidade e Escola**: reflexões sobre uma integração necessária. Curitiba, n. 37, 2010.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Igualdade e Desigualdade no Contexto Escolar**: as novas políticas sociais e o direito à educação.

BOCK, A. M. B. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil** – Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª edição. 2007 - Fracasso escolar – um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em Eficácia Escolar** – Origem e trajetórias. 2ª Edição. Minas Gerais: UFMG. 2004

CASARIN, E. F.; RAMOS, M. B. **Família e Aprendizagem Escolar**. Revista de Psicopedagogia. São Paulo, v.24, n.74, 2007.

CISESKI, Ângela Antunes; ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos de Escola. **Constituintes de Escola Cidadã**. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José Estáquio. (orgs.) Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. 6ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia da Escola Cidadã, v.1).

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 19ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus.1999

CODY, Frank; SIQUEIRA, Silvia. **Escola e Comunidade**. Uma parceria necessária. São Paulo. IBIS, 1997.

COMERLATTO, Luciani Paz. **A Gestão da educação na sociedade capitalista**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Tese de doutoramento)

CORDIÉ, Anny. **Os Atrasados Não Existem**: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: Acesso em: 1º out.. 2015. GLEWWE, Paul; KASSOUF. 2008.

FIALE, Luciana A. **Fracasso Escolar**: família, escola e a contribuição da Psicopedagogia. UNIFAI, 2013.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação à Distância Para Gestores da Educação Básica**: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**: uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo, Cortez, 140 p. 1992.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento participativo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998.

LOBO, Luiz. **Escola de Pais**. Rio de Janeiro. Lacerda Editores, 1997.

MARQUES, R. **A Escola e Os Pais, Como Colaborar?** São Paulo. Texto Editora. 4ª ed. 1993.

NOGUEIRA, M. A. (1998). **Relação Família-Escola**: novo objeto na sociologia da educação. Cadernos de Educação PAIDÉIA, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, Fev/ago.

NUNAN, D. **Action Research in Language Education**. In: EDGE, J.; RICHARDS, K. (Ed.). *Teachers develop teachers research. Papers on classroom research and teacher development*. Oxford: Heinemann, 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª Edição. São Paulo: ática. 2002.

PAROLIM, I. **As Dificuldades de Aprendizagem e As Relações Familiares**. Fortaleza, 2003.

PATTO, Maria Helena de Souza A. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A Queiroz, 1990.

SEDUC. **Conselho Escolar**. 3ed. Teresina, 2012.

SCOZ, Beatriz, **Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 6Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SIQUEIRA, S. **Escola e comunidade: uma parceria necessária**. Cotia, São Paulo. ÍBIS, 1997.

THOMAZ, S.B. **O Fracasso Escolar no Cotidiano da Escola**. Presença Pedagógica nº 45. maio/junho 2002.

TRIPP, David, . **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior: projeto político-pedagógico**. 3 ed. Campinas: Papirus, 2004.

WALLACE, M. Training foreign language teachers. **A Reflective Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WEIL, Pierre. **Relações Humanas na Família e no Trabalho**. 37ª Edição. Petrópolis: Vozes. 1983

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: 12ª edição, 2007